

A PRODUÇÃO DE UMA ENCICLOPÉDIA DO POR-VIR: POLÍTICA LINGUÍSTICA E PROJEÇÃO DE UMA DISCIPLINA

Phellipe Marcel da Silva Esteves
(UERJ)

RESUMO

Enquadrado nos campos da Análise do Discurso, da História das Ideias Linguísticas e da História do Livro, este artigo aborda como o projeto de publicação de uma enciclopédia pelo Instituto Nacional do Livro, fundado no governo Getúlio Vargas para produzi-la, pode, mesmo sem o efetivo lançamento da obra, colocar em cena o discurso oficial não apenas sobre a língua, mas sobre os estudos linguísticos. Com base no documento Norma 32-3/11, intitulada *Instruções Gerais para os verbetes de Linguística e Filologia* (IGLF) e sem data (mas provavelmente escrita nos anos 1950), os verbetes relativos aos estudos da linguagem deveriam ter sido redigidos e publicados. Tal documento serviria como diretriz para a escrita enciclopédica, afirmando-se como as regras para a elaboração da primeira enciclopédia brasileira. Será possível vislumbrarmos, portanto, como um instrumento oficial, governamental brasileiro produzia a imagem dos estudos da linguagem no país, a começar pelo paralelismo entre Linguística e Filologia, duas disciplinas em relação de confronto e encontro até muito recentemente. Além disso, empreenderemos uma reflexão analítica sobre como as práticas de leitura estão atreladas à publicação de enciclopédias do Brasil império ao Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; História das Ideias Linguísticas; História do Livro; Instituto Nacional do Livro; enciclopédias.

1. Alinhavando

O discurso enciclopédico é marcado, desde a *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, por uma falta de informações metalinguísticas. Na própria *Encyclopédie*, Diderot afirma ter cometido uma “inadvertência” que “jogou imperfeição em toda” a obra (DIDEROT, *apud* AUROUX, 2008, p. 15): haveria negligenciado o enfoque linguístico e privilegiado fatos, coisas, técnicas, ciências, artes (AUROUX, 2008). Teria sido, entretanto, de acordo com Auroux (2008), exatamente essa suposta “inadvertência” a característica de uma obra de funcionamento inaugural, que não exploraria a metalinguagem, mas os demais saberes.

Embora tal inadvertência tenha sido fator preponderante para a separação de dicionário e enciclopédias na história das ideias e na imagem que se produz sobre esses instrumentos, a depender da obra, ela tenta suprir o silenciamento (ORLANDI, 2007 [1992]) de sentidos metalinguísticos incorporando questões sobre língua, linguagem, idioma etc. Neste artigo, trataremos de uma dessas enciclopédias (do porvir), nunca publicada, mas que apresentava orientações quanto ao tratamento de “verbetes de linguística e filologia”. Trata-se da *Enciclopédia brasileira*, que seria produzida pelo Instituto Nacional do Livro. Na análise de um dos documentos que servia como guia para a redação da enciclopédia, veremos qual era a imagem oficial que o governo brasileiro da década de 1950 conferia aos estudos sobre linguagem.

Nas palavras de Orlandi,

Falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem. Paralelamente a esta forma geral de presença do político na linguagem, nós podemos considerar uma noção mais restrita, mais técnica: é a política das línguas ou a política linguística, que aqui tomarei em seus empregos praticamente sinônimos. (...) compreendida como uma política sobre a língua e a produção do conhecimento das línguas (...) (ORLANDI, 2002, p. 95-96)

Em outras palavras, neste artigo, debruçar-nos-emos sobre como a produção do conhecimento sobre as línguas materializa-se em uma enciclopédia específica. Na seção à frente, refletiremos sobre o movimento dialético entre enciclopédia e biblioteca, com referências feitas uma sobre a outra mutuamente, bem como sobre como o sujeito leitor vai-se constituindo no Brasil.

2. Primeiros pontos: a formação do leitor no discurso enciclopédico

O sujeito-leitor brasileiro, ao longo do século XIX e do começo do século XX, quando se dá um ligeiro aumento nos índices de alfabetização, não conta com numerosas opções de leitura, sobretudo sobre ciência. Com algumas exceções, as bibliotecas do Brasil não contam com tantos títulos quanto às europeias, mas já há uma demanda por livros, e também por leituras sobre os diversos campos do conhecimento, mesmo que a recomendação, ao final do século XIX, fosse pelo não exagero dos estudos e da leitura (que encontra designação concorrente com *inteligência* no discurso enciclopédico). Em 1879, na brasileira *Encyclopedia popular* (EP), seção Hygiene, já se faziam ressalvas quanto à “inteligencia”:

EP₁: Em relação aos trabalhos do espírito, torna-se imprescindível o máximo cuidado para evitar-se a fadiga intelectual, estudos prolongados e exagerada aplicação da intelligencia, que tem dado sempre os mais perniciosos efeitos. (VEIGA, 1879, p. 167, sublinhas nossas)

Na sequência, é desrecomendado o excesso tanto dos estudos quanto da aplicação de inteligência. O que mais nos chama a atenção, no entanto, é a indeterminação de “os mais perniciosos efeitos”: quais são? a quem? quem lê tanto assim num país formado majoritariamente por analfabetos? e o que esse incômodo, impresso na própria enciclopédia, provoca discursivamente, em termos de filiação ideológica?

Ainda que a imagem de leitura não seja produzida predominantemente como algo que não proporciona nem prazeres nem vantagens à formação intelectual (possivelmente por o Brasil ainda ser estruturado como uma formação social notadamente herdeira de um discurso ora aristocrático ora militarista, que valoriza respectivamente origem social e poder, força), já há indícios de discursos que a discursivizam como algo importante, ainda que se signifique, dalgumas posições, o leitor como louco. Na sequência à frente, há uma relação da natureza dos livros que o protagonista do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (TFPQ) preserva em sua biblioteca. Significam-se, ao final da sequência, as enciclopédias — bem como dicionários, manuais e compêndios — como “livros subsidiários”:

TFPQ₁: Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião. Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais (...). Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou na-

cionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major.

De História do Brasil, era farta a messe (...). Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! (...), é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas. (BARRETO, 1911; sublinhas nossas)

Significar esses livros como subsidiários — apesar de não se dizer a quem — é um modo de produzir sentidos de que eles são importantes no processo de leitura.

A leitura, entretanto, é interpretada como algo que provoca, novamente, em seu excesso (“Pra que lia tanto?”, como veremos à frente), a loucura:

TFPQ₂: — O Quaresma está doído.

— Mas... o quê? Quem foi que te disse?

(...)

— Nem se podia esperar outra cousa, disse o Doutor Florêncio. Aquelas livros, aquela mania de leitura...

— Pra que ele lia tanto? indagou Caldas.

— Telha de menos, disse Florêncio. (BARRETO, 1911; sublinhas nossas)

As palavras de Lima Barreto provocam-nos a observar como surge a imagem de um leitor brasileiro: um sujeito tido como louco, que tem gosto pelos livros e pela questão linguística, que aprecia bibliotecas e enciclopédias.

De acordo com Scotta (2008), o desejo da constituição de um saber total no mundo ocidental remonta à Biblioteca de Alexandria, destruída em um incêndio provocado por causas desconhecidas no século V, com seu meio milhão de volumes. O desejo realizado em Alexandria pode ser resumido, de acordo com Scotta (2008, p. 21), com duas palavras: soma e resumo. Soma e resumo de todos os saberes existentes. Essa ambição percorreu, por conseguinte, diversas materialidades, tais como bibliotecas, pergaminhos, livros, coletâneas bibliográficas e, mais recentemente, a própria *internet*. Glossários, dicionários e enciclopédias também se enquadram nessa ambição e, segundo Mollier (1999), poderiam ser descritos como bibliotecas de Babel, pelo acúmulo de informações, preciosidades sobre a vida humana, cultura. Mollier (1999) extrai esse significante, “Babel”, do prefácio de Pierre Larousse ao *Grand Dictionnaire*

universel du XIX^e siècle. Para o editor, o formato ENCICLOPÉDIA seria um monstro sem proporções, gigantesco e pigmeu ao mesmo tempo: uma Babel construída com materiais preciosos, uma “apoteose do espírito humano” e do “amor sincero da humanidade” (MOLLIER, 1999, p. 329; tradução nossa). Instrumentos que carregam o significante “enciclopédia” começam a ser publicados, na Idade Moderna, a partir de livros como o *Johannis Henrici Alstedii, encyclopaedia septem tomis distincta (...)*, de 1630, que se autoprotetava como instrumento de difusão de ideias sobre “Theologia”, “Jurisprudentia”, “Medicina”, “Mechanica”, “Philosophia” e “Varia”. No século seguinte, em 1753, é publicada a *Cyclopaedia, or, An Universal Dictionary of Arts and Sciences*,¹ de Ephraim Chambers, na Inglaterra, em 1728. A obra lançou-se em dois volumes e, numa segunda edição (1753), publicou mais dois suplementares. De acordo com o American and French Research on the Treasury of the French Language (AR-TFL),² ela serviu de inspiração para a *Encyclopédie* francesa: John Mills e Gottfried Sellius teriam iniciado uma tradução do instrumento inglês em 1743, o que forneceu ânimo para que Diderot e d’Alembert dessem início ao seu próprio empreendimento, com muito mais verbetes e tomos que o instrumento inglês, que serviria de original textual. A *Encyclopédie* é lembrada, celebrada e divulgada até hoje como a obra de difusão do ideário iluminista e, pelo menos na educação formal de história — ensinamentos fundamental e médio —, é encarada como a primeira enciclopédia propriamente dita, apagando a existência de outras anteriores.

Em outro lugar (ESTEVEVES, 2014), já discutimos uma diferença fundamental entre o funcionamento das enciclopédias e o dos dicionários, enquadrando as primeiras como instrumentos linguísticos de metassaber e os segundos como instrumentos de saber metalinguístico. Tal diferença repercute na dominância da produção de discursos sobre a língua nessas materialidades. Neste artigo, no entanto, fomos buscar aquilo que, nas enciclopédias, mais diz sobre as disciplinas que são tidas, pelo discurso oficial brasileiro na década de 1950 (*circa*), como eleitoras dos objetos *língua* e *linguagem*. Algo que, nas enciclopédias, principalmente em uma enciclopédia financiada pelo governo e produzida por um órgão público, é política linguística, nos termos de Orlandi (obra citada).

No Brasil, as enciclopédias têm sido comparadas a bibliotecas desde a publicação de alguns de nossos primeiros volumes sob esse título e rótulo, ao longo dos séculos XIX e XX. Elas projetam a autoimagem de acumuladoras de conhecimento, bem como de veiculadoras de saberes

a um sujeito universal, mas também a um sujeito brasileiro. Ademais, colocam-se como voltadas a um público popular, conforme adjetivação que podemos ver nas sequências a seguir. A primeira, da *Encyclopedia popular* de 1879; as duas seguintes, do *Thesouro da juventude* de 1925:

EP₂: [A enciclopédia] destina-se ás classes sociaes – agricultores, negociantes, artistas, etc. – á quem nas lides quotidianas de múltiplas tarefas não sobra tempo para manusear bibliothecas, nem sobejão recursos para adquiri-las (...) Quando mesmo nossa tentativa para mais não sirva, póde Ella despertar acaso no espirito dos competentes a ideia de dotar o paiz com uma obra desse mesmo genero, mas aperfeçoada, primorosa, completa, como sõem ser as creações da sabedoria. (VEI-GA, 1879, p. iss; sublinhas nossas)

TJ₁: Que livro melhor poderiam offerecer aos que, tendo sede de saber, dispõem de tempo limitado para se aprofundar nas sciencias e na litteratura universal, aos que desejam possuir um conhecimento geral mediano das cousas, convencidos que nem todos teem a organização cerebral d’um Aristoteles ou d’um Augusto Comte, para assimilar e dominar todo o saber de sua epocha, nem sequer a capacidade retentiva e reproductora d’um Saumaise ou d’um Pico de Mirandola, que sabia tudo e alguma coisa mais? Nenhum, certamente. (CLÓVIS BEVILACQUA, na introdução do TJ. 1925, p. 8)

TJ₂: Um livro como este, uma encyclopedia popular, pode e deve ser um dos melhores presentes que se pode fazer a uma comunidade. Está indicado para uma bibliotheca popular, para uma escola, e está-o para o lar. (W.M. JACKSON, 1925, p. 11)

Note-se que, nas três sequências acima, extraídas de duas enciclopédias, há regularidades: (a) o problema do tempo de acesso a outros livros em que o saber não estivesse organizado de modo integral ou integrado; (b) o traço *popular* das enciclopédias, materializado tanto no próprio adjetivo quanto na forma verbal “nem sobejão recursos para adquiri-las”, da *EP*; (c) a relação de substituição de bibliotecas inteiras a partir da leitura das enciclopédias. Com essas três regularidades, podemos depreender a inscrição das enciclopédias como instrumentos linguísticos não apenas típicos de uma idade do esclarecimento, da ilustração, do discurso civilizatório. Para além: buscando poupar tempo, espaço e recursos, as enciclopédias citadas vão significando a si mesmas e a outras como objetos de conhecimento inscritos, e típicos, de um capitalismo baseado em espaço, tempo e dinheiro. O surgimento das enciclopédias no Brasil,

portanto, está relacionado à consolidação de uma formação social que põe esses três elementos em evidência, e isso será registrado em seu discurso, que privilegia, entre outras coisas, a formação para o trabalho e, em alguns casos, como no que selecionamos para este artigo, a ênfase na nacionalidade. Daqui para a frente, nossa discussão dará ênfase a como, num momento em que não havia proliferação de obras de linguística no Brasil, uma enciclopédia brasileira poderia figurar como um guia ou um manual da disciplina, e como vai se desenhando sua disciplinarização oficial se não pelo Estado brasileiro, ao menos nele.

3. Costurando as ideias

O acesso aos documentos que serviriam como base para a escrita da *Enciclopédia brasileira* produzida pelo Instituto Nacional do Livro é extremamente restrito. Eles estão dispersos em diversos arquivos e bibliotecas no Brasil. Em nossas pesquisas, temos visto que, ao longo dos anos, muitas foram as propostas de enciclopédia circulantes no órgão governamental, partindo de um anteprojeto de Mário de Andrade de 1939.

Pouco se sabe, hoje, sobre quem participava da elaboração dessa enciclopédia, tampouco qual era o estágio de andamento da produção dos volumes. O INL foi fundado em 21 de dezembro 1937 com o intuito de publicar o *Dicionário da Língua Nacional* e a *Enciclopédia brasileira* (não entraremos aqui no mérito dessas adjetivações nos títulos das obras, mas salientamos ser de grande interesse e produtividade questionar a falta de paralelismo), entre outras tarefas:

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937)

Segundo Suaiden (2000), as bibliotecas públicas brasileiras anteriores à criação do Instituto Nacional do livro contavam com orçamento muito enxuto, em geral gasto com a compra de dicionários, enciclopédias

e material didático. Além disso, os funcionários que trabalhavam nessas instituições, diante de requisições de consulentes, em geral lhes recomendavam a cópia também de dicionários e enciclopédias. Ademais os dois motivos apontados pelo autor (*op. cit.*, p. 52) para a tomada de decisão de criação do INL — quais sejam: (a) uma resposta aos intelectuais da Semana de Arte Moderna que clamavam por uma administração pública que valorizasse uma cultura legitimamente nacional; (b) a capacitação e qualificação de mão de obra urbana proletária, composta também por uma grande quantidade de analfabetos; e apontamos aqui um terceiro: (c) a entrada, nas bibliotecas, de uma enciclopédia e de um dicionário que pudessem fazer frente aos concorrentes internacionais. Assim, ainda com orçamento baixo, as bibliotecas poderiam contar com instrumentos que veiculassem uma posição tida como legitimamente nacional,³ mas também como legitimada oficialmente pelo Estado. A *Enciclopédia brasileira* figuraria como componente de um discurso voltado à educação, à saúde, às ciências de modo geral. Imprimiria uma imagem projetada pelo Estado:

Com as causas célebres da proclamação da República, da revolução de 30, da revolução constitucionalista, do voto secreto, da jornada de 8 horas, do salário mínimo, o cidadão ia ganhando uma nova dimensão: a de proletariado urbano industrial () e ainda a de professorado, constituída com a nova legislação das instituições de ensino. No mesmo ano em que se diplomavam os primeiros licenciados do país em Letras e Ciências Humanas, o Estado Novo propunha para o novo cidadão brasileiro, um mês depois de sua instauração, uma síntese dos acréscimos de informações nas diversas áreas do saber e do fazer, das artes e dos ofícios: finalmente, uma enciclopédia brasileira. () foi criado em 1937 o Instituto Nacional do Livro, com a função precípua de elaborar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, em um forte dispêndio e recursos intelectuais e financeiros capazes de incluir o Brasil na estante enciclopédica das nações, ao lado de suas primeiras referências: as Enciclopédias Britannica, a italiana Treccani e a alemã Brockhaus. (OITICICA, 1997, p. 108-109)

Se as enciclopédias podem ser interpretadas como veiculadoras de um discurso de divulgação científica (pela regularidade do funcionamento da paráfrase de discursos científicos na tentativa de alcançar outros públicos),⁴ no caso da *Enciclopédia brasileira*, podemos afirmar que ela seria publicada no sentido de um discurso-avante também: além de projetar imagens sobre a ciência brasileira, ela materializaria o que era esperado que se continuasse produzindo como ciência. No campo dos estudos

da linguagem, algo que se imagine como linguística e filologia e algo que se queira que seja linguística e filologia. Uma diretriz para o desenvolvimento científico nacional.

Há algo latentemente poderoso em um documento não assinado, mas escrito em papel timbrado, com a marca de uma instituição vinculada ao governo federal. O documento aqui analisado estava contido no Plano de Organização da obra, previsto no artigo 6o da lei que criou o INL. E, mesmo nesses documentos que antecedem a publicação e até a escrita dos verbetes, a enciclopédia se anuncia como dotada de alguma importância, como a primeira. À frente, elencamos alguns efeitos de sentido circulantes nesse documento.

4. A Enciclopédia que se coloca como primeira

Embora o primeiro projeto de enciclopédia dotada do gentílico “brasileira” no título seja provavelmente o de Mário de Andrade, no século XX, nossas pesquisas (ESTEVES, 2014, em continuidade com uma bolsa de residência na Biblioteca Nacional) encontraram algumas enciclopédias no século XIX, e mais ainda nas primeiras décadas do século XX, anteriores à empreitada de Mário de Andrade, que, como servidor do Instituto Nacional do Livro (INL), envia anteprojeto da *Enciclopédia brasileira* ao Ministério da Educação de Gustavo Capanema em 1939.⁵ Pelo menos duas dessas enciclopédias são assinadas por brasileiros: a *Encyclopedia dos conhecimentos uteis*, de José Antonio do Valle [Caldre e Fião], de 1846; e a *Encyclopedia popular*, de 1879, editada em Minas Gerais por Bernardo Saturnino da Veiga, donde já extraímos sequências anteriormente (EP₁ e EP₂). Há ainda a *Encyclopedia do riso e da galhofa* (1873 [1863]), compilada e editada por Eduardo Laemmert, originário do Grão-Ducado de Baden, mas radicado no Brasil ainda no começo da adolescência.

Mesmo com essas ocorrências, o documento ora em análise afirma ser a enciclopédia do INL a primeira:

IGLF₁: Tendo-se em vista ser a Enciclopédia em elaboração a primeira editada no Brasil, a parte dedicada aos verbetes de linguística e filologia deverá merecer tratamento de certa extensão, visando a suprimir as deficiências das demais enciclopédias estrangeiras, tanto na parte referente à história da língua portuguesa, como na parte concernente às relações da nossa lingüística e filologia com as correntes dos outros países. (p. 1; sublinhas nossas)

Destacamos acima quatro interessantes desdobramentos: (1) colocando-se como responsável pela primeira enciclopédia a ser editada no Brasil, o documento de instruções significa-se como algo a mais além das enciclopédias estrangeiras, uma obra que pode sanar faltas em relação aos estudos de linguagem; (2) essas faltas diriam respeito, em um primeiro momento, à história da língua portuguesa, nome escolhido, numa enciclopédia nacional, para designar a língua de seu povo; (3) linguística e filologia são colocadas lado a lado, como uma única disciplina, dada a inclusão de apenas um determinante no sintagma nominal – “nossa linguística e filologia”;⁶ (4) as tais “correntes” de linguística e filologia seriam bastante determinadas pela nacionalidade. Vejamos que tais desdobramentos são efeitos de sentido que se podem agrupar em dois eixos: o disciplinar (como discurso sobre uma ou mais disciplinas) e o nacional (como discurso sobre as coisas da nação), em forte diálogo.

Ainda no discurso sobre a disciplina, podemos refletir sobre como, apesar de essa instrução geral para a elaboração da *Enciclopédia brasileira* se dizer um remédio às enciclopédias estrangeiras no que diz respeito ao que se diz de linguística e filologia, se elegeriam os verbetes. As instruções estabelecem que deveria haver dois critérios para essa escolha: valor relativo e valor absoluto. O paradoxo se dá nesse valor absoluto:

IGLF₂:1 – O “valor absoluto” deve ser aferido pelo tratamento observado nas várias enciclopédias, levando-se em conta:

A – A importância e a natureza do assunto a tratar, com relação à linguística em geral;

B – O relevo do assunto a tratar dentro da tradição dos estudos linguísticos e filológicos nos diferentes períodos;

C – A repercussão do assunto a tratar, relativamente à época ou à corrente linguística a que se prende;

D – A importância peculiar e intrínseca do assunto a tratar, fora dos aspectos acima considerados. (p. 2; sublinhas nossas)

Assim, ainda que se determine que se tenha como objetivo resolver faltas de outras enciclopédias, baseia-se nessas – “observado nas várias enciclopédias” – para se concluir qual é o valor absoluto de determinado verbe. Os substantivos utilizados para falar das qualidades que determinada temática deveria assumir carecem de sujeito: *importância*, *natureza*, *relevo*, *repercussão* e, novamente, *importância* do assunto a tratar para quem? Trata-se, de fato, de algo *absoluto*, etéreo, axiomático.

5. Bordando e bordejando: uma enciclopédia inédita que desenha uma disciplina

Mesmo inédita a Enciclopédia brasileira, esse projeto foi muito falado, muito escrito, muito teorizado. Desde o anteprojeto de Mário de Andrade, muitos outros sujeitos inscreveram-se no esforço da produção da obra. As instruções que ora analisamos não se confundem com o mais palpável produto editado, impresso e distribuído pelo Instituto Nacional do Livro, a *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira* (1958), cujo primeiro volume vem a lume (da letra *A* até o verbete *Anzol-de-tenda*), mas que não tem continuidade. O Instituto Nacional do Livro estudava concomitantemente diversos projetos e chegou mesmo a distribuir alguns livros isolados como parte de coleções da *Enciclopédia brasileira*, mas as IGLF (Instruções Gerais para os verbetes de Linguística e Filologia) remetem a uma projeção futura, à parte da Alarico Silveira. Por toda essa multiplicidade de discursos sobre a Enciclopédia brasileira, pode-se concluir que, apesar de nunca ter sido publicada, o discurso que se imprime em suas instruções gerais ocupa um espaço importante na História das Ideias Linguísticas no Brasil. Ela figura como um instrumento de política linguística, e alguns de seus efeitos sobre o que se diz acerca de língua e de linguagem podem ser conferidos a seguir.

a. Linguísticas e filologias nacionais

O discurso nacional mais uma vez se cruza com o discurso disciplinar ao se dizer dos critérios relativos para a escolha dos verbetes:

IGLF₃: A - Os sistemas e teorias linguísticas serão considerados de acordo com a escala de prioridade que se segue:

- Grau 5 - Brasileira e Portuguesa
- Grau 4 - Latina
- Grau 3 - Espanhola e Francesa
- Grau 2 - Italiana, Norteamericana, Inglesa e Alemã.
- Grau 1 - Grega e tôdas as demais (p. 2)

A princípio, cabe ressaltar que falar aqui em discurso nacional não redundaria num acaso, mas propriamente numa regularidade. Cotejando as Instruções Gerais para os verbetes de Linguística e Filologia com as Instruções Gerais para os verbetes de Literatura (IGLit), vemos uma paráfrase com algum deslocamento. Note-se:

IGLit₁: A - As “grandes literaturas” serão consideradas na seguinte escala de prioridade:

- grau 5 – brasileira e portuguesa
- grau 4 – espanhola e francesa
- grau 3 – italiana, norte americana, inglesa e alemã
- grau 2 – grega e romana
- grau 1 – todas as demais (p. 2-3)

A princípio, podemos constatar algo nesse contraste: as teorias da linguística já são ditadas por uma posição perpassada pelo estruturalismo. O significante “sistema” comparece nessas IGLF, enquanto, nas IGLit, apenas modalizam-se autonimicamente, com aspas, os significantes *grandes literaturas*: não se as designam *sistemas literários*, mas também há um descompasso entre a posição daquele que escreve e aquilo que ele imagina que signifiquem “grandes literaturas”. Uma incerteza, uma não coincidência, nos termos de Authier-Revuz (1998 [1992]). Por outro lado, há uma hierarquia quase idêntica de nacionalidades nas duas instruções gerais, com a diferença de que o latim, nos verbetes de linguística e filologia, deveria ocupar um nível alto, somente abaixo dos sistemas e teorias linguísticas brasileiras e portuguesas; enquanto, nos verbetes de literatura, a literatura romana (uma circunscrição maior do que propriamente o sistema e a teoria latina) estaria, em paralelo com a grega, em penúltimo lugar, só perdendo para aquelas não nomeadas: “todas as demais”. Em outras palavras, em relação à língua (retomamos aqui que a história da língua portuguesa é uma das ênfases desses verbetes) e à teorização linguística, o latim é considerado algo próximo, algo primordial, que só perde mesmo para o que há de mais próprio à nacionalidade da enciclopédia (nomeadamente, o brasileiro e o português, de que falaremos em breve). Já em relação à literatura, gregos e romanos são colocados à margem.

Uma quase unanimidade entre as instruções gerais, como pudemos ver nessas duas, é a equiparação entre Brasil e Portugal.⁷ Quanto às teorias e sistemas linguísticos, podem-se apontar duas possibilidades controversas, mas não paradoxais: (1) um continuísmo do discurso de irmanação entre Brasil e Portugal, como se o primeiro fosse ramificação do segundo e (2) uma necessidade de marcação de lugar da teoria e do sistema linguísticos brasileiros em distinção aos portugueses. Por outro lado, também se concentram todas as possíveis teorias e sistemas linguísticos, principalmente, na Europa e na América do Norte.

Essa forma de categorizar o que é importante ser dito sobre teoria e sistema linguísticos beneficia explicitamente, nas IGLF, sua origem geopolítica, mas promovendo, na enciclopédia do porvir, a ilusão de uma imparcialidade de ideias, como se o lugar de onde elas (pro)vêm dependesse.

b. As partes da linguística

Nessa ilusão de que as ideias falam por si mesmas, as IGLF também normatizam como as teorias e os sistemas linguísticos devem ser divididos, como se todos eles fossem recortados do mesmo modo. Também estabelece uma hierarquia que vai dos sistemas linguísticos – propriamente aquilo que a linguística estrutural chamará de língua – até as tendências linguísticas:

IGLF₄: B - Às várias disciplinas linguísticas será atribuída a mesma hierarquia: Fonética, Lexicografia, Sintaxe, Semântica, Estilística, Gramática Descritiva, Gramática Histórica, Filologia Comparada, Filologia Geral.

C - A natureza do assunto será tratada com o seguinte critério de ordenação hierárquica: a) sistemas; b) autores; c) épocas; d) escolas; e) movimentos; f) correntes; g) tendências. (p. 2)

Como, com essa hierarquia de níveis dos estudos linguísticos, dar conta de teorias linguísticas tão diversas, tão heterogêneas em circulação mesmo no circunscrito espaço geopolítico determinado pelas IGLF? A resposta não está longe: não se daria conta. Apenas teorias linguísticas que se ocupassem dos níveis supramencionadas poderiam frequentar as páginas de tal enciclopédia brasileira. Nota-se também um outro efeito de sentido, filiado a um discurso filológico-gramatical: o de que a linguística se separa em fonética, lexicografia, sintaxe, semântica, estilística, e que há também as gramáticas (descritiva e histórica, sinalizando já uma dicotomia em voga, da sincronia *versus* diacronia) e as filologias (comparada e geral). É possível vislumbrar aqui que, mesmo em sua indefinição ou distinção não muito bem-tracejada, linguística e filologia vão se separando discursivamente pelas hierarquias definidas. E, pela ordem dos elementos da hierarquia, também se pode dizer que a linguística vai avançando, dominando o terreno da filologia.

6. Últimos pontos: opções teóricas

Ainda que se pretenda apresentar as diferentes teorias linguísticas presentes principalmente no Brasil e nos países europeus, as IGLF, em suas orientações, já assumem determinadas posições teóricas:

IGLF₅: 33 - A caracterização da linguagem como atividade biológica e cultural ao mesmo tempo determinará a função da linguística geral como disciplina intermediária entre as ciências naturais e as histórico-culturais; (p. 3)

34 - A influência dos novos estudos linguísticos orienta-se no sentido de se constituir em futuro próximo uma teoria geral da linguagem que abranja os seguintes aspectos ou estruturas: a) lógica; b) científica; c) estética; d) psicológica; e) histórica; (...)

36 - As analogias entre a teoria cibernética de informação e o mecanismo da linguagem tendem a desenvolver-se em uma nova disciplina no próximo futuro. (...)

43 - A linguagem, como a matemática, é constituída por um conjunto de símbolos que se relacionam com os objetos simbolizados, com as pessoas que se utilizam desses mesmos sinais, estabelecendo-se entre estes as mais diversas conexões sob o ponto de vista gramatical ou lógico. (p. 3-4)

Dois pontos a serem explorados aqui. Primeiramente, as afirmações feitas sobre o que é a linguagem e como ela funciona (principalmente nos parágrafos 33 e 43). No documento analisado, ela tanto se constitui de um objeto de estudo situado entre as ciências naturais e histórico-sociais quanto opera de modo parecido com a matemática. Esse direcionamento já fornece uma ancoragem em como a *Enciclopédia brasileira* do INL deveria escrever seus verbetes de linguística e filologia, levando tais noções de linguagem em consideração (e provavelmente excluindo ou criticando outras). Em segundo lugar, principalmente nos parágrafos 34 e 36, indica-se aquilo que chamamos de um discurso-avante por meio do uso de uma modalização futura: materializa-se a imagem, não a que se tem na contemporaneidade da escrita, mas a do que se espera que sejam os estudos linguísticos futuramente. Nesse aspecto, é bom lembrarmos que as ciências nunca nascem sós, nunca são inaugurais, no sentido da origem de si mesmas: elas são determinadas por suas condições de produção sócio-históricas. No caso da linguística, sim, as “previsões” da sequência materializaram-se, principalmente, no formalismo norte-americano, e deve-se isso a essa configuração fornecida por instrumentos que participam das

políticas linguísticas no sentido de pavimentar o caminho para a chegada, aceitação e domínio de determinadas tendências. Esse discurso-avante se repete na seção “Aspectos peculiares da estrutura geral dos verbetes”, em que, por meio de verbos no infinitivo, se demanda, por exemplo, ao redator:

IGLF₆: Acentuar as relações existentes entre a linguagem como fenômeno biológico e a linguagem como processo cultural. (p. 5)

Para encerrar, mais uma opção teórica é feita, dessa vez inscrita no discurso nacional:

IGLF₇: 90 - Os problemas atinentes à formação da língua portuguesa, com seus característicos próprios e suas peculiaridades específicas, devem ser expostos à luz dos princípios científicos dominantes sem os exageros da reivindicação nacionalista de autonomia absoluta ou da negação de diferenciações evidentes que se impõem à análise crítica. (p. 6)

Há mais uma vez uma contradição aqui, uma falha: ao mesmo tempo em que se designa a língua de que se ocupa a enciclopédia de modo diferente do feito anteriormente (língua portuguesa – língua brasileira), roga-se que o redator não seja nacionalista a ponto de reivindicar autonomia absoluta entre as línguas. Também uma outra falha: onde se escreve “diferenciações”, parece que caberia, no sentido de dar mais coesão ao texto, “semelhanças”: o nacionalista negaria semelhanças evidentes entre as duas línguas. O mais curioso é que se considera essa perspectiva nacionalista, mas não se diz nada sobre uma posição antinacionalista, segundo a qual ambas as línguas são uma só, ou, pior, a língua brasileira é tão somente um ramo da língua portuguesa. Uma enciclopédia brasileira que se esforça pelo nacional, mas que é amarrada nas evidências de um discurso disciplinar e nacional cosmopolita e de ex-colônia.

Ao Marcon (*in memorian*),
que sempre me ajudou a pensar em ciência e tecnologia

THE PRODUCTION OF AN UNCERTAIN ENCYCLOPE- DIA: LINGUISTIC POLITICS AND THE PROJECTION OF A DISCIPLINE

ABSTRACT:

Driven by Discourse Analysis, History of Linguistic Theories and History of the Book, this articles approaches how the project of publishing an encyclopedia by the Instituto Nacional do Livro, founded in Getúlio Vargas' regime to produce it, can, despite the inconclusion of the project, give life to the oficial discourse not only about language, but also about language studies. The encyclopedia articles should be written and published respecting the Norma 32-3/11, termed the *Instruções Gerais para os verbetes de Linguística e Filologia*, dateless (but probably from the 1950s). Such document should serve as a guideline to encyclopedic writing, affirming itself as the rule to the elaboration of the first Brazilian encyclopedia. Therefore, it will be possible to watch how an official instrument, a Brazilian governmental instrument, produced the image of linguistic studies throughout the country, beginning with the parallelism between Linguistics and Filology, two disciplines sometimes in opposition sometimes in relationship until very recently. Besides, we reflect analytically how the Reading practices are related to the publishing of encyclopedias in Brazil, from its empire time until the period known as Estado Novo.

KEYWORDS: Discourse Analysis; History of Linguistics Theories; History of Book; National Institute of Book; encyclopedias.

NOTAS

¹ Título e subtítulo completos: “Cyclopaedia, or, An universal dictionary of arts and sciences: containing the definitions of the terms, and accounts of the things signify'd thereby, in the several arts, both liberal and mechanical, and the several sciences, human and divine: the figures, kinds, properties, productions, prepara-

tions, and uses, of things natural and artificial; the rise, progress, and state of things ecclesiastical, civil, military, and commercial: with the several systems, sects, opinions, &c; among philosophers, divines, mathematicians, physicians, antiquaries, critics, &c: The whole intended as a course of ancient and modern learning”.

² Sobre o projeto: “O Projeto de Pesquisa Americana e Francesa do Tesouro da Língua Francesa é um empreendimento cooperativo do Laboratório ATIKF (Análise e Tratamento Informático da Língua Francesa), do Centro Nacional de Pesquisa científica (CNRS), da Divisão de Humanidades e da Assistência de Texto Eletrônico (ETS) da Universidade de Chicago” (tradução nossa). O portal é uma base de dados para diversas enciclopédias e dicionários, inclusive para a Encyclopédie e para a Cyclopaedia.

³ Lembremos que Mário de Andrade foi autor de um dos anteprojetos da *Enciclopédia brasileira*, hoje disponível com edição pela Edusp/Giordano/Loyola.

⁴ Aqui discordamos de Authier-Revuz, para quem o discurso enciclopédico não se configura num discurso de divulgação científica. Para ela: “Assim, se a D.C. se dá por missão transmitir os conhecimentos que figuram em um discurso D1, sob a forma de um discurso sobre o mundo, não é enunciando, por sua vez, em D2, um discurso do mesmo tipo adaptado ao novo receptor – como é o caso, parece-nos, das enciclopédias e manuais –, mas sim apoiando-se, explicitamente, sobre este discurso D1. Esquemáticamente, a mensagem não é da forma “os genes são...” mas “X disse/acaba de dizer/diz que os genes são...”” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 110; sublinhas nossas). Temos visto, no entanto, que muitas enciclopédias se apoiam direta e explicitamente sobre esse D1, usando nomes de autores, teorias e mesmo citações.

⁵ Duas dessas enciclopédias são publicadas pela editora W.M. Jackson e, de acordo com Flávia Camargo Toni – preparadora dos originais da edição em livro do anteprojeto da *Enciclopédia brasileira* (ANDRADE, 1993) –, pelo menos uma delas é conhecida por Mário de Andrade, por haver anotações, lembretes e fichamentos do autor no “opúsculo impresso da propaganda da *Enciclopédia Jackson*” (TONI, 1993, p. xxiii).

⁶ A ressaltar que esse tratamento em paralelo de linguística e filologia é uma marca desse momento da disciplinarização da linguística no Brasil: embora ainda não se estabeleçam fronteiras fixas entre as duas, já se as nomeia de modo distinto.

⁷ Cada instrução geral desse plano de orientação da enciclopédia determina uma hierarquia. Algumas delas pressupõem, como os casos mencionados, o discurso nacional. Nos verbetes de ciências históricas e sociais, por exemplo, também se coloca o Brasil em primeiro lugar, seguido de “Portugal e demais países da América do Sul”.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. Trad.: Sheila Elias de Oliveira. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 20. Campinas: Pontes Editores / Unicamp, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Trad.: Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mônica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 [1992].

BRASIL. DECRETO-LEI N. 93 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103227>.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. **O que se pode e se deve comer**: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973). Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem). Niterói: UFF, 2014.

MOLLIER, Jean-Yves. Bibliothèques de Babel: collections, dictionnaires et encyclopédies. In: CORBIN, Alain et alii (orgs.). **L'invention du XIX^e siècle**: le XIX^e siècle par lui-même (littérature, histoire, société). Paris: *Klincksieck* / Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1999.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras**. Academia Brasileira dos Rejeitados. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007 [1992].

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma História das Ideias Linguísticas. São Paulo: Cortez, 2002.

SUAIDEN, Emir José. **A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. In: *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

Bibliografia analisada

ALSTED, Johann Heinrich. **Johannis Henrici Alstedii, encyclopaedia septem tomis distincta...** Herborn [Herbornae Nassoviorum]: Typis G. Corvini, 1630.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: MEDIA-Fashion, 2008 [1911].

CHAMBERS, Ephraim. **Cyclopaedia**: or, an Universal Dictionary of Arts and

Sciences; containing the definitions of the terms and accounts of things signify'd thereby, in the several Arts, both Liberal and Mechanical, and the several Sciences, Human and Divine: the Figures, Kinds, Properties, Productions, Preparations, and Uses, of things Natural and Artificial (...). London: John and James Knapton, 1728.

D'ALEMBERT; DIDEROT (orgs.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres**. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751.

VEIGA, Bernardo Saturnino da (ed.). **Encyclopedia popular**. Campanha, MG: Typographia do <<Monitor Sul-Mineiro>> de Bernardo Saturnino da Veiga, 1879.

Recebido em: 31 de janeiro de 2016

Aceito em: 04 de abril de 2016